

O Brasil e o Canadá debatem a dívida

Uma troca de cartas entre os governos do Brasil e do Canadá foi divulgada ontem pelo Itamaraty. Assunto: soluções "realistas e duradouras" para o problema da dívida.

O Itamaraty divulgou e distribuiu ontem dois documentos: a carta enviada ao presidente Figueiredo, no dia 9, pelo então primeiro-ministro do Canadá, Pierre Trudeau, e a resposta de Figueiredo ao novo primeiro-ministro John Turner, dia 16.

Pedindo "medidas urgentes" e "soluções realistas e duradouras", o presidente da República afirma no documento enviado a Turner que tem sido "fonte de grande preocupação" para o governo brasileiro "a crise do endividamento externo que incide de forma cada vez mais dramática sobre os países latino-americanos".

O Brasil entende que a recente reunião de Cartagena, da qual participaram 11 países da América Latina, criou "uma atmosfera mais propícia ao diálogo entre países credores e devedores". Segundo o governo Figueiredo, o objetivo principal desse diálogo — baseado numa reflexão conjunta sobre a questão da dívida e seus múltiplos desdobramentos — "deverá ser o de procurar fórmulas capazes de promover soluções realistas e duradouras para o problema de excessivo ônus do serviço da dívida, para a retomada do desenvolvimento nos países devedores e a expansão continuada da economia internacional".

Brasília acredita que Cartagena apresentou "propostas concretas" e "soluções realistas" para enfrentar ou driblar os problemas da dívida externa. Reconhecendo que a cúpula dos países ricos, em Londres, apresentou "algum avanço", o governo Figueiredo considera "inovadora e construtiva" a atitude do Canadá.

Cooperação

Em sua carta a Figueiredo, o ex-primeiro-ministro Trudeau recomendou iniciativas para fazer frente à situação financeira internacional e ao problema da



Quando ainda era primeiro-ministro do Canadá, Pierre Trudeau escreveu uma carta a Figueiredo recomendando iniciativas para fazer frente ao problema do endividamento. E Figueiredo respondeu a John Turner, o novo primeiro-ministro.

ses em desenvolvimento, bem como à necessidade de fortalecer nossa capacidade de lidar com o acúmulo previsto dos pagamentos do serviço da dívida".

O ex-primeiro-ministro manifesta-se também consciente das sérias dificuldades econômicas enfrentadas pelos países da América Latina "e em outras partes, resultantes do ônus de sua dívida, como também dos corajosos esforços de ajustamento econômico que vêm sendo feitos a um pesado custo político e social".

Na cúpula de Londres, de acordo com Trudeau, decidiu-se que enquanto persistir a estratégia de ajustamento econômico ela "deve ser sustentada por meio de financiamento adequado, inclusive investimentos diretos e fluxos financeiros de longo prazo mais estáveis". Citou também o apoio da reunião dos ricos ao princípio do reescalonamento plurianual da dívida para os países que consigam êxito na política de ajustamento econômico. Outro ponto de honra: a negociação caso a caso.

Trudeau destaca um ponto: "agradou-me particularmente o fato de que os líderes da reunião, por iniciativa do Canadá, tenham concordado em examinar o papel que o comitê de desenvolvimento do FMI/Bird poderia desempenhar em discussões de questões financeiras de interesse particular dos países em desenvolvimento".

As reuniões de Londres, como vossa excelência terá por certo depreendido da declaração, os líderes acordaram quanto à importância crítica da recuperação econômica mundial continuada, não-inflacionária, à necessidade da redução das taxas de juros e as condições mais abertas de comércio como essenciais ao vigor do sistema financeiro internacional. Concordou-se também que, enquanto não houver alternativa, senão a da persistência na atual estratégia de ajustamento econômico, esta deve ser sustentada por meio de financiamento adequado, inclusive investimentos diretos e fluxos financeiros de longo prazo mais estáveis. A reunião de cúpula endossou o princípio do reescalonamento plurianual da dívida para os países que estiverem levando a efeitos políticos bem-sucedidos de ajustamento econômico, ao mesmo tempo em que reafirmou a abordagem caso a caso para suavizar o ônus da dívida.

A reunião de cúpula também chamou a atenção para o fortalecimento do papel do Banco Mundial no fomento do desenvolvimento de médio e longo prazos, para maior cooperação entre o FMI e o Banco Mundial, e concordou em continuar a trabalhar para o melhoramento do sistema financeiro internacional. Agrado-me particularmente o fato de que os líderes da reunião, por iniciativa do Canadá, concordaram em examinar o papel que o Comitê de Desenvolvimento do FMI/Bird poderia desempenhar em discussões de questões financeiras de interesse particular dos países em desenvolvimento.

Serão necessárias novas discussões multilaterais dessas importantes questões nos próximos próximos, e espero que estas possam iniciar-se em futuro próximo.

Compartilho plenamente a noção de vossa excelência de que a atual situação financeira internacional demonstra a interdependência dos países industrializados e em desenvolvimento. Somente através da cooperação mais estreita entre os países devedores, os governos credores, os bancos comerciais e as instituições financeiras internacionais poderemos lidar com esses problemas. Espero que vossa excelência concorde com minha visão de que o resultado das discussões de Londres é evidência de nosso desejo de prosseguir nesta cooperação de maneira construtiva e realista, de modo a assegurar uma resposta multilateral eficaz para os problemas do endividamento dos países em desenvolvimento. Isto é, para o benefício de todos.

Meu caro presidente,

Desejo agradecer a vossa excelência por haver trazido à minha atenção suas observações a respeito da atual situação econômica e financeira da América Latina antes da instalação da recente reunião de cúpula econômica de Londres. De minha parte, asseguro a vossa excelência que a situação de endividamento internacional foi uma questão importante abordada naquela reunião, e creio que as discussões de Londres contribuiram para o maior desenvolvimento de uma resposta multilateral eficaz para o problema da dívida externa.

Caro primo-ministro,

Acuso com prazer recebimento de carta, a mim encaminhada no dia 9 de julho, pelo antecessor de vossa excelência. As lúidas reflexões nella contidas sobre a reunião de Londres traduzem a percepção de que algum avanço foi alcançado no exame da questão do endividamento e revelam a atitude inovadora e construtiva do Canadá.

O reconhecimento expresso pelo senhor Pierre Trudeau de que os esforços de ajustamento por parte dos países devedores implicam elevado custo político e social confirma, a meu ver, a sensibilidade do governo canadense para com os problemas dos países em desenvolvimento. Muito aprecio igualmente a iniciativa do Canadá, no encontro de Londres, no tocante à participação do Comitê de Desenvolvimento do FMI/Bird nas discussões e temas financeiros de particular interesse dos países em desenvolvimento.

Ao avaliar as propostas da reunião de Londres pude prever que existem perspectivas para o desenvolvimento de um diálogo construtivo entre os países industrializados e os países devedores.

Aliás, no encontro de Cartagena, na Colômbia em 21 e 22 de junho, que reuniu 11 países latino-americanos, definiu-se um conjunto de princípios e propostas concretas com relação ao equacionamento racional da questão da dívida externa. Na nossa avaliação, as iniciativas formuladas em Cartagena constituem uma base importante para a identificação de soluções realistas para o problema do excessivo ônus representado pelo serviço da dívida para os países latino-americanos.

A crise do endividamento externo que incide de forma cada vez mais dramática sobre os países latino-americanos tem sido fonte de grave preocupação para o governo brasileiro, assim, torna-se imprescindível a adoção de medidas urgentes com o objetivo de tornar viável o encaminhamento satisfatório da questão da dívida externa.

Os resultados obtidos na reunião de Cartagena e as iniciativas formuladas no encontro criaram uma atmosfera mais propícia ao diálogo entre países credores e devedores. O objetivo primordial desse diálogo — baseado numa reflexão conjunta sobre a questão da dívida e seus múltiplos desdobramentos — deverá ser o de procurar fórmulas capazes de promover soluções realistas e duradouras para o problema de excessivo ônus do serviço da dívida, para a retomada do desenvolvimento nos países devedores e a expansão contínua da economia internacional.

Meu caro presidente,

Desejo agradecer a vossa excelência por haver trazido à minha atenção suas observações a respeito da atual situação econômica e financeira da América Latina antes da instalação da recente reunião de cúpula econômica de Londres. De minha parte, asseguro a vossa excelência que a situação de endividamento internacional foi uma questão importante abordada naquela reunião, e creio que as discussões de Londres contribuiram para o maior desenvolvimento de uma resposta multilateral eficaz para o problema da dívida externa.

Caro primo-ministro,

Acuso com prazer recebimento de carta, a mim

encaminhada ontem à revista argentina Mercado e o economista norte-americano John Kenneth Galbraith (foto), foi categórico: "Se o Fundo Monetário Internacional tem de admoestar algum país, o primeiro deles deve ser os Estados Unidos".

Justificando a sua declaração, o militante do Partido Democrata e também embaixador na Índia ao tempo do governo do presidente J.F. Kennedy argumentou que as altas taxas de juros atuais e o elevado déficit norte-americano significam uma séria causa de instabilidade mundial.

Com sua habitual franqueza, Galbraith respondeu ao jornalista argentino: "Não apoio a política do FMI. Considero necessária uma grande cautela para que sejam sugeridas medidas de austeridade a governos democráticos".

Em relação à dívida externa argentina, Galbraith não deixou de fazer severas críticas aos governos anteriores, "que da mesma forma como os grandes bancos atuaram de maneira irresponsável". Assim, segundo ele, parte considerável do total da dívida argentina deveria dar-se por cancelada, "pois foi

dívida externa: "Somente através da cooperação mais estreita entre os países devedores, os governos credores, os bancos comerciais e as instituições financeiras internacionais poderemos lidar com esses problemas".

Trudeau relata sua posição no encontro dos ricos: "Meu parecer foi no sentido de que deveria ser dada maior atenção, neste momento, à perspectiva quanto aos fluxos financeiros de médio e longo prazos para os países

em desenvolvimento, bem como à necessidade de fortalecer nossa capacidade de lidar com o acúmulo previsto dos pagamentos do serviço da dívida".

O ex-primeiro-ministro manifesta-se também consciente das sérias dificuldades econômicas enfrentadas pelos países da América Latina "e em outras partes, resultantes do ônus de sua dívida, como também dos corajosos esforços de ajustamento econômico que vêm sendo feitos a um pesado custo político e social".

Na cúpula de Londres, de acordo com Trudeau, decidiu-se que enquanto persistir a estratégia de ajustamento econômico ela "deve ser sustentada por meio de financiamento adequado, inclusive investimentos diretos e fluxos financeiros de longo prazo mais estáveis". Citou também o apoio da reunião dos ricos ao princípio do reescalonamento plurianual da dívida para os países que consigam êxito na política de ajustamento econômico. Outro ponto de honra: a negociação caso a caso.

Trudeau destaca um ponto: "agradou-me particularmente o fato de que os líderes da reunião, por iniciativa do Canadá, tenham concordado em examinar o papel que o comitê de desenvolvimento do FMI/Bird poderia desempenhar em discussões de questões financeiras de interesse particular dos países em desenvolvimento".

As reuniões de Londres, como vossa excelência terá por certo depreendido da declaração, os líderes acordaram quanto à importância crítica da recuperação econômica mundial continuada, não-inflacionária, à necessidade da redução das taxas de juros e as condições mais abertas de comércio como essenciais ao vigor do sistema financeiro internacional. Concordou-se também que, enquanto não houver alternativa, senão a da persistência na atual estratégia de ajustamento econômico, esta deve ser sustentada por meio de financiamento adequado, inclusive investimentos diretos e fluxos financeiros de longo prazo mais estáveis. A reunião de cúpula endossou o princípio do reescalonamento plurianual da dívida para os países que estiverem levando a efeitos políticos bem-sucedidos de ajustamento econômico, ao mesmo tempo em que reafirmou a abordagem caso a caso para suavizar o ônus da dívida.

A reunião de cúpula também chamou a atenção para o fortalecimento do papel do Banco Mundial no fomento do desenvolvimento de médio e longo prazos, para maior cooperação entre o FMI e o Banco Mundial, e concordou em continuar a trabalhar para o melhoramento do sistema financeiro internacional. Agrado-me particularmente o fato de que os líderes da reunião, por iniciativa do Canadá, concordaram em examinar o papel que o Comitê de Desenvolvimento do FMI/Bird poderia desempenhar em discussões de questões financeiras de interesse particular dos países em desenvolvimento.

Serão necessárias novas discussões multilaterais dessas importantes questões nos próximos próximos, e espero que estas possam iniciar-se em futuro próximo.

Compartilho plenamente a noção de vossa excelência de que a atual situação financeira internacional demonstra a interdependência dos países industrializados e em desenvolvimento. Somente através da cooperação mais estreita entre os países devedores, os governos credores, os bancos comerciais e as instituições financeiras internacionais poderemos lidar com esses problemas. Espero que vossa excelência concorde com minha visão de que o resultado das discussões de Londres é evidência de nosso desejo de prosseguir nesta cooperação de maneira construtiva e realista, de modo a assegurar uma resposta multilateral eficaz para os problemas do endividamento dos países em desenvolvimento. Isto é, para o benefício de todos.

Meu caro presidente,

Desejo agradecer a vossa excelência por haver trazido à minha atenção suas observações a respeito da atual situação econômica e financeira da América Latina antes da instalação da recente reunião de cúpula econômica de Londres. De minha parte, asseguro a vossa excelência que a situação de endividamento internacional foi uma questão importante abordada naquela reunião, e creio que as discussões de Londres contribuiram para o maior desenvolvimento de uma resposta multilateral eficaz para o problema da dívida externa.

Caro primo-ministro,

Acuso com prazer recebimento de carta, a mim

encaminhada ontem à revista argentina Mercado e o economista norte-americano John Kenneth Galbraith (foto), foi categórico: "Se o Fundo Monetário Internacional tem de admoestar algum país, o primeiro deles deve ser os Estados Unidos".

Justificando a sua declaração, o militante do Partido Democrata e também embaixador na Índia ao tempo do governo do presidente J.F. Kennedy argumentou que as altas taxas de juros atuais e o elevado déficit norte-americano significam uma séria causa de instabilidade mundial.

Com sua habitual franqueza, Galbraith respondeu ao jornalista argentino: "Não apoio a política do FMI. Considero necessária uma grande cautela para que sejam sugeridas medidas de austeridade a governos democráticos".

Em relação à dívida externa argentina, Galbraith sustentou a opinião de que a sua

deveu fazer-se por meio de uma política gradual. Ou seja: "Que o déficit vá aumentando primeiramente através de impostos mais altos para as classes de melhor poder aquisitivo e mais baixos para os que têm menores recursos. Fundamentalmente, porém, negociando entre o Estado, os sindicatos e as empresas, de forma a regular os preços a fim de que sua interação não venha a acelerar a inflação".

Quanto à questão da inflação argentina, Galbraith sustentou a opinião de que a sua

deveu fazer-se por meio de uma política gradual. Ou seja: "Que o déficit vá aumentando primeiramente através de impostos mais altos para as classes de melhor poder aquisitivo e mais baixos para os que têm menores recursos. Fundamentalmente, porém, negociando entre o Estado, os sindicatos e as empresas, de forma a regular os preços a fim de que sua interação não venha a acelerar a inflação".

Reconhecendo as dificuldades dos países atuamente em negociação com os Estados Unidos, o economista diz-se insatisfeito com a situação econômica norte-americana: "É inegável o aumento da produção e do emprego nos últimos meses. Por outro lado, elevados são também os gastos militares. Gostaria que o déficit americano fosse menor e as taxas de juros mais reduzidas do que as atuais. Ao mesmo tempo, um dólar menos forte propiciaria a entrada de um maior volume de exportações ao país".

As duas correntes previram um índice de desemprego mais elevado do que os

assumida diante da falta de responsabilidade de tanto nos pedidos como nas concessões dos empréstimos realizados". Sem arriscar um percentual máximo, o economista explicou a sua ideia: "A Argentina caberia fixar o quanto ele pode pagar sem prejudicar a sua economia interna. Esse percentual, então, se tornaria numa cifra máxima".

Quanto à questão da inflação argentina, Galbraith sustentou a opinião de que a sua

deveu fazer-se por meio de uma política gradual. Ou seja: "Que o déficit vá aumentando primeiramente através de impostos mais altos para as classes de melhor poder aquisitivo e mais baixos para os que têm menores recursos. Fundamentalmente, porém, negociando entre o Estado, os sindicatos e as empresas, de forma a regular os preços a fim de que sua interação não venha a acelerar a inflação".

Reconhecendo as dificuldades dos países atuamente em negociação com os Estados Unidos, o economista diz-se insatisfeito com a situação econômica norte-americana: "É inegável o aumento da produção e do emprego nos últimos meses. Por outro lado, elevados são também os gastos militares. Gostaria que o déficit americano fosse menor e as taxas de juros mais reduzidas do que as atuais. Ao mesmo tempo, um dólar menos forte propiciaria a entrada de um maior volume de exportações ao país".

As duas correntes previram um índice de desemprego mais elevado do que os

assumida diante da falta de responsabilidade de tanto nos pedidos como nas concessões dos empréstimos realizados". Sem arriscar um percentual máximo, o economista explicou a sua ideia: "A Argentina caberia fixar o quanto ele pode pagar sem prejudicar a sua economia interna. Esse percentual, então, se tornaria numa cifra máxima".

Quanto à questão da inflação argentina, Galbraith sustentou a opinião de que a sua

deveu fazer-se por meio de uma política gradual. Ou seja: "Que o déficit vá aumentando primeiramente através de impostos mais altos para as classes de melhor poder aquisitivo e mais baixos para os que têm menores recursos. Fundamentalmente, porém, negociando entre o Estado, os sindicatos e as empresas, de forma a regular os preços a fim de que sua interação não venha a acelerar a inflação".

Reconhecendo as dificuldades dos países atuamente em negociação com os Estados Unidos, o economista diz-se insatisfeito com a situação econômica norte-americana: "É inegável o aumento da produção e do emprego nos últimos meses. Por outro lado, elevados são também os gastos militares. Gostaria que o déficit americano fosse menor e as taxas de juros mais reduzidas do que as atuais. Ao mesmo tempo, um dólar menos forte propiciaria a entrada de um maior volume de exportações ao país".

As duas correntes previram um índice de desemprego mais elevado do que os

assumida diante da falta de responsabilidade de tanto nos pedidos como nas concessões dos empréstimos realizados". Sem arriscar um percentual máximo, o economista explicou a sua ideia: "A Argentina caberia fixar o quanto ele pode pagar sem prejudicar a sua economia interna. Esse percentual, então, se tornaria numa cifra máxima".

Quanto à questão da inflação argentina, Galbraith sustentou a opinião de que a sua

deveu fazer-se por meio de uma política gradual. Ou seja: "Que o déficit vá aumentando primeiramente através de impostos mais altos para as classes de melhor poder aquisitivo e mais baixos para os que têm menores recursos. Fundamentalmente, porém, negociando entre o Estado, os sindicatos e as empresas, de forma a regular os preços a fim de que